Direcção Geral das Contribuições e Impostos

1.^a Repartição

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte decreto:

DECRETO n.º 2:933

Preceitua o § 2.º do artigo 11.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899 que a contribuição de registo correspondente à transmissão de bens por meio de arrematação judicial ou administrativa ou por adjudicação seja sempre calculada sobre o preço por que elas foram feitas. Esta disposição, porém, permite verdadeiras fraudes em prejuízo da Fazenda Nacional, porque, mercê de conluio entre os diversos concorrentes ou interessados, não raro a arrematação ou adjudicação se realiza por valores muito inferiores ao valor real do prédio assim transmitido.

Tem-se verificado também que nas avaliações requeridas para determinação do valor sobre que tom de incidir a contribuição de registo nas transmissões por título gratuito ou oneroso, os louvados deduzem por vezes, do valor atribuído ao prédio, percentagens injustificadamente elevadas para despesas de conservação ou depreciação dos materiais com que êle foi construído;

Torna-se urgente evitar a continuação de tais abusos, e, como das disposições sobre impostos só se consideram matéria legislativa, segundo a expressa determinação da base 7.^a, da lei de 13 de Maio de 1901, as referentes a taxas ou adicionais, quadro ou vencimento de empregados:

Hei por bem, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, sob proposta do Ministro das Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Quando a transmissão se efectuar por meio de arrematação judicial ou administrativa ou adjudicação judicial, a contribuição de registo será calculada sobre o preço da arrematação ou valor da adjudicação, não sendo êle inferior ao que resultar do rendimento colectável do prédio transmitido, porque, se o fôr, a liquidação far-se há segundo êste rendimento, sem prejuízo do direito de avaliação por parte da Fazenda, conforme o artigo 22.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899.

§ 1.º Quando o contribuinte julgar excessivo o rendimento colectável, poderá requerer a avaliação, nos termos do artigo 20.º do citado regulamento.

§ 2.º Se o prédio transmitido fôr omisso na matriz, proceder-se há análogamente ao estabelecido no artigo 25.º do mesmo diploma.

Art. 2.º Nas avaliações de prédios, para os efeitos do pagamento da contribuição de registo, observar-se há os preceitos do artigo 173.º do Código da Contribuição Predial.

Art. 3.º Fica por esta forma revogado o § 2.º do artigo 11.º do regulamento de 23 de Dezembro de 1899, e modificado em parte o § 1.º do artigo 55.º do mesmo regulamento.

Paços do Governo da República, 15 de Janeiro de 1917.— BERNARDINO MACHADO — Afonso Costa.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

4.^a Repartição

DECRETO n.º 2:945

Ponderando o Conselho Superior de Saúde Naval a conveniência que há em alterar a constituição das dietas regulamentares para os doentes da armada, a fim de as tornar mais apropriadas ao seu fim, conforme as novas indicações científicas; e

Considerando que, para melhorar tal serviço, que não

importa aumento de despesa, há necessidade de modificar a tabela B e os impressos com os n.ºs 7, 11, 18, 19, 20 e 21 do regulamento do Serviço de Saúde Naval; mas

Sendo possível que a prática aconselhe alguma futura alteração quanto aos condimentos;

Sob proposta do Ministro da Marinha, e usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A tabela B e os impressos n.ºs 7, 11, 18, 19, 20 e 21 do regulamento para Serviço de Saúde Naval, aprovado por decreto n.º 1:061, de 18 de Novembro de 1914, são substituídos pela tabela e modelos que fazem parte do presente decreto.

Art. 2.º O abono das novas dietas começará a ser feito quando houver os impressos próprios e a nova tabela será usada, a título provisório, durante o tempo necessário para que a prática demonstre se é precisa alguma alteração.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Janeiro de 1917.— BERNARDINO MACHADO — Vítor Hugo de Azevedo Coutinho.

(A tabela e os modelos dos impressos, a que se refere o artigo 1.º d'êste decreto, serão publicados na *Ordem da Armada* que inserir o mesmo decreto).

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Secretaria Geral

DECRETO n.º 2:946

Tendo sido criado, por lei de 7 de Julho de 1913, o Ministério de Instrução Pública, do qual ficaram dependentes todos os serviços de instrução no continente e ilhas adjacentes, à excepção das escolas profissionais que à data acima referida estavam subordinadas aos Ministérios da Guerra e da Marinha; e sendo necessário alterar o regulamento dos serviços dependentes do mesmo Ministério indicados no artigo 2.º da já referida lei de 7 de Julho de 1913 e nos termos do § único do seu artigo 10.º: hei por bem aprovar o novo regulamento, que faz parte integrante d'êste decreto e vai assinado pelo Ministro de Instrução Pública.

O Ministro de Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Janeiro de 1917.— BERNARDINO MACHADO — Joaquim Pedro Martins.

Regulamento do Ministério de Instrução Pública

CAPÍTULO I

Da Secretaria Geral e das Repartições e demais dependências

Artigo 1.º Todos os negócios relativos à instrução pública do continente e ilhas adjacentes que, pelo artigo 1.º da lei de 7 de Julho de 1913, competem ao Ministério de Instrução Pública, são estudados e preparados pela Secretaria Geral, pelo Conselho de Instrução Pública e pelas sete repartições do Ministério, de modo a serem submetidos à resolução superior do Ministro de Instrução Pública.

Art. 2.º O Ministério de Instrução Pública compõe-se de:

Secretaria Geral (S. G.), Conselho de Instrução Pública (C. I. P.), Inspeção de Sanidade Escolar (S. E.), e sete repartições e respectivos serviços.

As repartições são as seguintes:

Repartição de Instrução Primária e Normal (Pedagógica), (R. I. P. 1.^a);